



*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto/finalidade: apresentação do Mapa da Indústria 2013.

Requerimento de realização da audiência: Senador Lindbergh Farias.

Convidado: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Eu peço ao Senador Inácio Arruda que acompanhe e traga o nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria aqui à mesa.

Quero agradecer a presença do nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria e pedir desculpas pelo atraso.

Queria cumprimentar todos os representantes das federações aqui, citando o representante da Firjan, meu amigo Carlos Mariani, que se encontra aqui no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Queria convidar também o Sr. Jose Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da CNI, para vir à mesa, e o Sr. Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia na CNI.

De acordo com o art. 94, §§2 e 3 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

O convidado fará a sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos;

Sr. Presidente, novamente pedindo desculpas pelo atraso, passo imediatamente a palavra ao senhor.

**O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE** – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh Farias e, em seu nome, cumprimentar todos os Senadores presentes. Faço um cumprimento também a todos os diretores e presidentes de federações presentes.

Agradeço-lhes a oportunidade de nós apresentarmos aqui hoje o Mapa Estratégico da Indústria. Agradeço também ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, que, juntamente com o Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, oportunizaram a possibilidade desta apresentação aqui, hoje.

Senador, nós vamos fazer aqui uma apresentação dentro do tempo que nos foi disponibilizado. Eu vou pedir a presença do Jose Augusto, que vai fazer uma parte da apresentação, e do Rafael Lucchesi, que fará uma parte da apresentação sobre a questão da educação.

Mas eu queria dizer antes, Senador, que o Mapa Estratégico da Indústria teve início em 2005, na gestão do Presidente, Senador Armando Monteiro Neto, que idealizou e teve a ideia de colocar o Mapa Estratégico da Indústria Brasileira como sendo uma contribuição da CNI e do Sistema Indústria



para que o País pudesse ter uma agenda e nela avançar, criando competitividade não só para a indústria brasileira, mas para o Brasil, de tal maneira que o Brasil pudesse criar condições para realmente se tornar um grande *player* internacional e uma Nação com uma indústria pujante, uma indústria forte.

O que nós fizemos hoje foi uma revisão desse Mapa Estratégico. Faz um ano que nós estamos discutindo esse Mapa Estratégico com mais de 54 associações de classe, associações setoriais da indústria, as 27 federações das indústrias do Brasil, e mais de 500 empresários que participaram da elaboração desse Mapa Estratégico.

Nós, na realidade, nessa nova versão do Mapa Estratégico, analisamos dez vetores, dez pontos importantes para que o Brasil possa crescer, desenvolver e fazer com que a indústria brasileira volte a ser importante.

Nós colocamos um marco nesse Mapa Estratégico para 2022, considerando que, em 2022, nós estaremos comemorando os 200 anos da independência brasileira. Esperamos que, nesta data, possamos também comemorar a independência e o fortalecimento da indústria brasileira.

A indústria brasileira foi construída ao longo de muitos e muitos anos, desde 1950, com sacrifício da sociedade, com sacrifício da população brasileira, com muitos investimentos do País e dos empresários. Essa indústria já teve uma participação no PIB, principalmente a indústria de transformação, acima de 30% no PIB. Nos últimos anos, ela veio decaindo e hoje a indústria de transformação representa em torno de 14% do PIB. A nossa proposta é que, até 2022, essa participação no PIB volte a estar acima de 20%.

Isso, Senadores, considerando que todo país forte tem uma indústria forte, pois é a indústria que gera tecnologia, é a indústria que gera conhecimento, é a indústria que dá produtividade para os setores da agricultura, da pecuária, para a agroindústria, para a área de serviços. A indústria gera conhecimento e gera produtividade nesses outros setores.

E não existe um País como o Brasil, de tamanho continental, que possa se dar ao luxo de viver apenas de bens primários, de *commodities* e de serviços. Para um país como o Brasil ser forte, chegar a ser a quinta, a quarta economia do Planeta, nós temos que ter uma indústria muito forte. E dessa indústria, que hoje já é uma indústria diversificada, espalhada por todo o Território Nacional, nós temos que cuidar para que possa se desenvolver mais, gerar empregos de qualidade, gerar salários e remuneração de qualidade, desenvolver a educação, a saúde, a defesa, a agricultura e todos os outros setores da economia brasileira. É isso que nós procuramos fazer nesse mapa estratégico da indústria.

Nós contamos com o Senado; contamos com os senhores, para que as ações que nós vamos apresentar aqui hoje, a gente possa levar a cabo ao longo desses anos.



Muito obrigado mais uma vez, Presidente, Senador Lindbergh. Gostaria, então, de dar continuidade a nossa apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

E passo a palavra ao José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Política Estratégia da CNI.

**O SR. JOSE AUGUSTO COELHO FERNANDES** – Muito bom dia, Srs. Senadores.

Esse trabalho do mapa estratégico começou com uma avaliação das tendências mundiais com forte impacto na indústria e também as tendências nacionais que afetam o desenho da nossa indústria.

Eu acho que não caberia aqui ir ponto por ponto, porque os senhores têm uma agenda pesada hoje, mas certamente o crescimento dos países emergentes... A China colocou o mundo de cabeça para baixo na área de manufatura. O conhecimento e inovação como motores da economia têm assumido um maior destaque. E existe uma nova geografia da produção mundial que acho que vale a pena mencionarmos aqui rapidamente.

No modelo industrial antes da fragmentação – e o Brasil sempre teve uma estrutura industrial muito diversificada –, nós tínhamos a enorme capacidade de fazer tudo aqui no Brasil. No entanto, duas revoluções tecnológicas, o contêiner – é impressionante o quanto o contêiner mudou o mundo – e a tecnologia da informação, fizeram com que determinadas produções pudessem ser fragmentadas ao longo do mundo. E aí surge o papel da China.

Isso coloca o mundo de cabeça para baixo. O Brasil tem dificuldade de enfrentar essa agenda. E certamente o impacto que isso provoca no mundo é que o Brasil começa a enfrentar mais competidores. Ou seja, antigamente nós só enfrentávamos aqueles países que tinham um mercado tão grande quanto o nosso. E agora, nós passamos a enfrentar pequenos países que se ligam nessa estrutura de cadeias de valor de produção.

Então, entender essa dinâmica é importante para mostrarmos o quanto nós precisamos avançar no nosso processo de modernização institucional.

No campo nacional, certamente, o fortalecimento do mercado interno, as transições demográficas por que o Brasil passa e a própria mudança espacial da atividade econômica tem efeitos sobre a nossa indústria.

Mas o fato é que, qualquer que seja a comparação internacional, o Brasil sempre aparece não da melhor forma. São raros os temas em que o Brasil tem nota verde. Ali em disponibilidade o custo de mão de obra é por conta do bônus demográfico, é o peso do bônus demográfico quando compara o Brasil com esses países. Mas, em geral, nós temos muitas notas vermelhas. E o nosso grande desafio, até para não perdermos a nossa posição nas cadeias produtivas globais, é melhorar esse ambiente institucional.



O fato é que o Brasil, hoje, é um país de custo elevado. Essa comparação não foi feita pela CNI, é um exercício feito pelo Itaú/Unibanco, e mostra como, entre 2005 e 2010, nós praticamente aumentamos o custo unitário do trabalho em dólares no Brasil, ou seja, 42% derivam do câmbio real e 36% dos custos de mão de obra diretos das negociações.

É um cenário que poucos países enfrentaram e, certamente, o nosso custo, hoje, é comparado à Hungria, Polônia, etc., países do leste europeu. Ou seja, nós não temos condições de competir por custos com o sudeste asiático, o que tem impacto, obviamente no desenho de políticas que estamos apresentando aos senhores. Outra forma de ver essa questão é comparando a evolução do salário nos últimos anos em dólar com a evolução da produtividade.

O fato é que a CNI se debruçou, nesses últimos meses, para entender quais eram os elementos críticos para crescer. Obviamente, o primeiro elemento é capital, ou seja, investimento, sem investimento nós não temos capacidade de crescer. É só pensar na nossa fazenda, na nossa indústria; se eu não tenho o torno, se eu não tenho o arado, não consigo trabalhar. Da mesma forma o trabalho. Eu preciso ter trabalho e trabalho qualificado. A interdependência do comércio e investimento com o mundo também é importante. O papel da inovação e da modernização institucional. É sobre esses temas que a CNI se debruçou.

O tema produtividade naturalmente tem um peso bastante forte nessa estratégia. O Brasil não tem escapatória de elevar o seu nível de produtividade. A primeira agenda para isso é aprender fazendo e isso exige qualificação de mão de obra; isso faz parte. Em uma indústria, quando começa a trabalhar, dois, três anos depois a sua produtividade é muito maior do que no início, porque as pessoas aprendem.

A questão da economia de escala. Nós temos que ter escala não apenas no nosso mercado doméstico, mas com o mundo. Externalidades, que é tudo aquilo que está fora da empresa: o ambiente de infraestrutura, o sistema educacional que provê serviços de saúde etc. e a inovação, porque mesmo com o capital e trabalho isso tem um limite, pois eu só consigo dar saltos depois de um tempo com a inovação.

É isso tudo que conduz ao mapa estratégico da indústria, em que coerente com esse desenho de produtividade e inovação, a educação está na base. Esse tema o Rafael vai explorar mais adiante.

Olhando à esquerda, em torno do ambiente, primeiro o ambiente macroeconômico, estabilidade e previsibilidade são fundamentais. Nós não conhecemos nenhuma história no mundo em que o País se desenvolva com alta instabilidade macroeconômica, com déficits elevados, com inflação fora do controle. Isso, por exemplo, nunca aconteceu em nenhum dos países do Sudeste Asiático.



A questão deficiência do Estado é outra dimensão bastante apontada pelos empresários. Há uma percepção de que hoje nós temos um Estado menos sofisticado do que o País. E isso notadamente na área de infraestrutura. É como se eu precisasse ter o mesmo padrão de eficiência que existe em outras ilhas de excelência do Estado. É importante que ele se translade para a área de infraestrutura.

Segurança jurídica e burocracia. Segurança jurídica não é uma abstração, ela tem nome e endereço. Nós podemos identificar os “enes” marco regulatórios que geram inseguranças para as empresas, tanto no plano setorial quando no plano horizontal, a exemplo da desconsideração da pessoa jurídica e às incertezas associadas a passivos na área de relações do trabalho.

Desenvolvimento de mercados. O Brasil não poderá construir a sua estratégia apenas com o mercado doméstico, nós precisamos acessar o mercado internacional para dar escala as nossas empresas. Temos nesse miolo toda uma agenda de trabalho de redução de custos.

Na área de infraestrutura têm ocorrido avanços recentes. A área de tributação talvez seja essa em que o Brasil funcione como uma espécie de *software* de um Bandeirante ou de um Paulistinha, mas ele tem a dimensão de um A380. Então, essa disfunção inclusive afeta o desenvolvimento de mercados porque talvez os problemas nossos na área de tributação, de investimentos de exportação seja aquilo que cria a posição defensiva mais forte da indústria brasileira perante o desenvolvimento de mercados, dado que ela tem um sistema que não se comunica com o mundo.

A agenda de financiamento e toda a agenda de inovação e produtividade.

Apenas para dar uma ideia aos senhores de como é esse trabalho, para cada um desses dez temas nós explicamos porque aquele tema é relevante – aqui no caso é explicação sobre tributação –, fazemos uma comparação internacional, sempre estamos buscando indicadores internacionais para posicionar o Brasil, e colocamos qual é o sonho, qual a visão da indústria para 2022. E para cada um desses temas nós identificamos quais são os temas prioritários. No caso da tributação a própria carga, o foco muito forte na eliminação da cumulatividade dos tributos, desoneração dos investimentos em exportações e simplificação da estrutura tributária.

O nosso alvo. Hoje, com a proporção da arrecadação gerada com incidências cumulativas acerca de 7,7%, o nosso alvo em 2022 seria chegar a 0%.

Para cada tema, nós temos uma agenda. Não cabe aos senhores tentar ler isso que está no PowerPoint, mas a ideia é que a CNI terá uma bússola, um roteiro sobre esses temas aos quais a CNI estará dedicando a sua energia e o seu trabalho nos próximos meses e anos.

Naturalmente, o mapa estratégico tem um conjunto de temas que são de responsabilidade do Congresso Nacional. Neste momento, a CNI, através



da sua área legislativa, está identificando que projetos são esses. Apenas para dar um exemplo aqui, nós temos alguns projetos que passaram aqui pela CAE – Marco das Agências Reguladoras, Código de Defesa do Contribuinte, Terceirização, a Desconsideração da Personalidade Jurídica e as Regras para Licenciamento Ambiental – que casam com essa agenda. E, obviamente, essa é uma agenda muito mais ampla do que está aí.

Então, quais são as mensagens principais que a CNI está passando para a sociedade e para os senhores? A primeira é que o Brasil e o mundo mudaram. Nós precisamos entender a natureza dessas mudanças, para desenharmos as nossas melhores políticas.

O segundo é que esse desempenho deve ser comparado. Ou seja, não basta olharmos para a nossa própria evolução, nós temos que nos comparar com o mundo. E nesse mundo de cadeias produtivas globais, a gente pode ter surpresas. Um país que a gente considerava pouco importante de repente está no nosso radar como sendo o nosso grande competidor, e precisamos trabalhar com ele.

Terceiro. Aqui é uma questão do Congresso. A contínua modernização das instituições é chave para o crescimento. Ou seja, temos que nos perguntar o que estamos fazendo na agenda de modernização institucional.

É importante também sabermos aonde desejamos chegar. Queremos ter cumulatividade zero em 2022? Qual é a nossa agenda para atingir esse objetivo? Ou seja, a mensagem que o presidente colocou desde o início é que o Brasil precisa ter ambição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Jose Augusto.

Passo a palavra agora ao Sr. Rafael Lucchesi, que é o Diretor de Educação e Tecnologia na CNI.

Quero citar aqui a presença do nosso ex-presidente da CNI, Deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e do nosso grande Senador Armando Monteiro, também ex-presidente dessa entidade.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro.

Como o Jose Augusto falou, o Mapa Estratégico da Indústria – vou tentar fazer essa apresentação em menos de 10 minutos – parte da base da educação. Pela primeira vez, os empresários brasileiros colocam a educação no centro da estratégia de competitividade do Brasil, o que é um elemento-chave para entender o avanço da sociedade do conhecimento, da competitividade, estando a educação acima de temas extremamente caros para o mundo empresarial, como tributação, infraestrutura. Temos a graça, também, de ter a inovação à frente de relações de trabalho, num ambiente macroeconômico.



Na agenda de educação, cada um dos temas tem um propósito muito claro em torno do mapa estratégico. Nós precisamos aumentar a qualidade da educação básica na agenda da educação básica. Na agenda de educação profissional, precisamos corrigir a matriz educacional brasileira ampliando a oferta e melhorar a qualidade da educação profissional.

No Brasil, apenas 6% dos jovens de 15 a 19 anos fazem educação profissional junto com a educação regular. Na média dos países desenvolvidos, esse número está muito acima, está acima de 40%. Chega, nos países que têm educação dual mais forte, como a Alemanha, a 53%, ou como o Japão, a 55%.

Na área da educação superior, precisamos melhorar a formação de engenheiros e tecnólogos. No Brasil, hoje, de cada 100 graduados, apenas cinco são engenheiros, o que contrasta com os 36 chineses ou os 25 sul-coreanos. Precisamos melhorar muito isso. E também nos programas de pós-graduação.

Na Capes, apenas 13% dos apoios dados pelo Ministério da Educação aos programas de pós-graduação são dirigidos a cursos de engenharia e de ciências duras.

Precisamos melhorar a qualidade da educação. Nós somos mal posicionados nos principais *rankings* internacionais. Ocupamos a 126ª posição em qualidade de sistemas educacionais. Estamos ruins nos principais indicadores, e houve uma evolução substantiva de recursos, Senadores, que está sendo alocada à educação. A velocidade da qualidade não aumentou na mesma agilidade do aporte de recursos, o que coloca, para nós, que não é apenas um problema alocativo. Precisamos melhorar a gestão da escola, a gestão e a qualidade do serviço público, sobretudo com uma agenda de meritocracia e profissionalização, como, aliás, é a agenda dos principais países bem ranqueados no teste Pisa e na educação internacional.

O Brasil precisa de um modelo de educação que favoreça o desenvolvimento econômico-social. O Brasil precisa de uma escola que dialogue com a juventude. O Brasil precisa de uma escola que sirva às necessidades de competitividade.

Se nós olharmos o que a juventude pensa, hoje, pesquisa da McKinsey, ela desejaria um sistema de aprendizado mais baseado no trabalho e na aprendizagem prática, 76,73%. Eu acho que isso dialoga muito com uma escola excessivamente acadêmica, que nós precisamos aperfeiçoar e melhorar.

Se nós olharmos para o que sai da escola, 69% dos empresários brasileiros entendem que nós temos deficiências nos jovens formados pela escola.

A opinião dos jovens está dividida, mas dos profissionais ligados à educação dois terços acham que está bom, o que, na verdade, contrasta com a percepção dos indicadores internacionais, com relação à educação brasileira.

Precisamos sair do enciclopedismo para conteúdos mais significativos; menos ênfase em memória e mais em habilidades e competências; menos ensino cartesiano e mais utilização de novas tecnologias e associação



entre diversas práticas. Ou seja, precisamos de uma política educacional à altura dos desafios do Brasil, utilizar mais tecnologia em sala de aula, capacitar mais os professores. Nós precisamos de uma agenda que discuta a educação para o mundo do trabalho.

No nosso sistema, no sistema indústria, nós temos uma rede representativa, com um volume grande de escolas, e, no último ano, a rede do Sesi participou da Prova Brasil.

Pois bem, a média brasileira das escolas no quinto ano foi de nota 5. A estrutura do Sesi, a rede do Sesi alcançou a nota 7,1, muito acima de todos os conjuntos dos outros grupos educacionais.

A bem da verdade, nós batemos a meta educacional brasileira para 2021, ou seja, nós temos um sistema que, em certa medida, é uma pequena Finlândia dentro do Brasil e isso se reflete, também, na Prova Brasil, na aplicação do nono ano.

O Sesi tem, hoje, 1,9 milhão de matrículas em educação. São 663 escolas distribuídas dessa forma, não vou me ater a detalhes, e mais: o importante é que há uma estruturação da nossa rede por todo o Brasil. Ela não está concentrada, ela é uma rede nacional, ela tem uma distribuição nacional e nós temos uma concepção educacional própria, uma metodologia educacional diferenciada, um currículo singular, sobretudo de uma lógica de “teoprática”, de teoria e prática, o que conforma uma lógica de educação para o mundo do trabalho.

Todas as principais teorias educacionais, hoje, colocam que a utilização das mãos aumenta muito a sinapse de compreensão do processo de aprendizagem, o que é extremamente importante.

As nossas prioridades são, não poderiam deixar de ser, num sistema educacional dirigido por líderes empresariais, a educação básica articulada com a educação profissional e a educação continuada para a parcela mais fragilizada de brasileiros, que abandonam o sistema de escolaridade regular, que são de dois terços no ensino fundamental e de um terço no ensino médio, no ensino secundário, como se falava antigamente.

Então, nós temos, hoje, no Brasil, uma grande mudança da transformação demográfica no País. O que está acontecendo no Brasil é que, em 25 anos, nós temos uma enorme mudança demográfica.

Fala-se apenas de bônus demográfico, e isso é verdade até o início da próxima década, mas está caindo, de forma aguda, a taxa de natalidade na população brasileira.

O Brasil, ao lado da China, é o País com maior contingente de mulheres no mercado de trabalho e uma enorme redução do contingente populacional de jovens. O que está acontecendo no Brasil, em 25 anos, se verificou na Europa Ocidental em 125 anos: mudanças expressivas, o que faz com que nós não possamos ter mais gerações perdidas no sistema educacional.



Na minha geração, por exemplo, um de cada dez estudantes ia para a universidade. Entretanto, todo o conteúdo curricular foi estruturado pensando como se todos fossem para a universidade. Isso é uma enorme exclusão do processo de preparação para o mundo do trabalho, onde apenas um de cada dez – hoje, apenas um e meio de cada dez – é efetivamente preparado para o ingresso na carreira profissional.

Precisamos ter um sistema educacional que olhe o que acontece nos países desenvolvidos, onde há uma abrangência que é duas vezes e meia, três vezes maior de jovens que vão para a universidade. Entretanto, a educação dual, a educação profissional junto com a educação regular, é muito acima do número do País, que é apenas de 6,6%, contra 41% da Coreia do Sul e da França; 52% da Alemanha; 55% do Japão.

Nós, do Senai, temos estruturado todo o mapa do trabalho industrial brasileiro, pegando, das 600 profissões da CBO, Classificação Brasileira de Ocupações, as 177 que conseguem explicar 90% do emprego industrial.

Temos de capacitar 7,2 milhões de trabalhadores para a indústria, sendo 1,1 milhão de pessoas que entrarão pela primeira vez no trabalho industrial. Temos isso estruturado, região por região – na verdade, microrregião industrial por microrregião industrial –, inclusive dando, já, um mapa de todas as profissões, localidade por localidade.

Na medida em que nós estamos dobrando o número de matrículas do Senai, que é um dos maiores sistemas de educação profissional do mundo, passando de dois milhões para quatro milhões de matrículas, nós temos de disponibilizar a educação profissional com a mesma tecnologia que está na indústria e no mesmo local onde o emprego está sendo criado.

Não adianta eu formar soldadores em Porto Alegre se o emprego estiver na grande Recife. Eu tenho de formar na grande Recife, para que ele tenha condição de produtividade para desenvolver as necessidades objetivas.

Na educação profissional, também, nós precisamos romper, no Brasil, com aquela ideia de mobilidade social arraigada na história passada brasileira e no milagre econômico, em que apenas o canudo universitário permitia mobilidade social.

Vejam os senhores: nas 21 ocupações mais demandadas pela indústria de trabalho técnico, o salário inicial é acima de R\$2,1 mil e, com 10 anos de profissão, na média, R\$5,6 mil, o que nos coloca altamente competitivos com a maioria das formações universitárias no País.

Nós temos, hoje, neste ano, mais de três milhões e, até o ano que vem, mais de 4 milhões de matrículas.

O Senai, é, hoje, o maior executor do programa nacional, um excelente programa, que é o Pronatec. O Senai tem mais de 50% das matrículas do programa, do Pronatec, e temos isso distribuído nacionalmente. Inclusive, a



taxa de expansão das escolas do Senai e das matrículas do Senai acontece mais intensamente nas novas regiões, nessa nova geografia econômica.

Se, no Brasil, há uma expansão e uma interiorização da atividade industrial, é sempre o Senai que treina e capacita, muitas vezes, populações que saem da atividade rural e agrícola e se engajam em atividades mais modernas, permitindo fazer um país mais justo, mais equilibrado.

O Senai consegue empacotar as competências necessárias para diversas atividades industriais e capacitar as populações.

Além disso, do ponto de vista internacional, além de sermos reconhecidos pela OIT, ONU e Unesco como um dos melhores sistemas de educação profissional, na WorldSkills, que é a competição internacional de educação profissional da juventude aliada ao trabalho, o Brasil tem se posicionado muito bem. Nós temos sido referência internacional. Na última edição, em 2011, nós ocupamos, conquistamos o segundo lugar. Estamos com uma delegação forte para, no mês que vem, ir à Alemanha para buscar, também, novamente, representar o Brasil e organizaremos e sediaremos a WorldSkills em 2015, na cidade de São Paulo.

Nós temos, na agenda voltada para a competitividade no Brasil, usando o diagrama do Michael Porter, a necessidade de ampliar a educação profissional, estamos dobrando o nosso sistema, e de criar serviços técnicos e tecnológicos.

O Senai já é, hoje, a maior rede de laboratórios acreditados pelo Inmetro, o maior sistema de apoio à capacitação tecnológica da indústria. Atendemos por ano a mais de 22 mil empresas, o que não é trivial, e estamos montando 66 Institutos Senai de tecnologia e 23 Institutos Senai de Inovação, que vão apoiar a capacitação tecnológica para a competitividade da indústria brasileira, fazendo aliança com a melhor experiência no mundo, que são o Instituto Fraunhofer, da Alemanha, e o MIT, dos Estados Unidos, no sentido de prover a competitividade para a indústria brasileira.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Antes de abrir o debate, eu passo a palavra ao Presidente Robson, para fazer o encerramento da exposição.

**O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE** – Senador, muito obrigado.

Eu só queria fazer um comentário final a respeito do mapa estratégico e da indústria brasileira. Mesmo reconhecendo os esforços e as políticas que o Governo Federal tem implementado para alguns setores e para a indústria brasileira, como é o caso das desonerações da folha de pagamentos, da questão dos juros e de algumas desonerações de PIS, de COFINS, do incentivo ao consumo, de programas como o Minha Casa Minha Vida, a indústria brasileira tem vivido momentos de grandes dificuldades, por diversos fatores. Esses fatores



vêm se acumulando ao longo dos anos e têm criado obstáculo e dificuldades para nossa indústria.

Esses dez fatores-chave de sucesso para a indústria brasileira são os dez fatores relacionados aqui, todos eles, com a infraestrutura, tributação, educação, inovação. Quer dizer, todos os fatores que dependem apenas de nós para mudá-los; alguns dependem dos investimentos dos próprios empresários, como no caso da educação e da inovação, e nós temos feito esse dever de casa. Estamos investindo muito na educação dos trabalhadores, estamos investindo em inovação, estamos colocando as energias dos empresários brasileiros do Brasil inteiro nessas áreas. Agora, nós dependemos muito de mudanças na logística, na questão do transporte, nas questões internacionais.

Nós temos discutido muito e defendido a necessidade de o Brasil fazer acordos internacionais até de livre comércio, mas há alguns impedimentos, como os que o próprio Mercosul tem nos colocado, impedimentos de negociação. Hoje o Mercosul representa para nós muito mais um empecilho ao avanço do comércio internacional do que realmente uma estrutura organizada que possa ter peso nas negociações internacionais. Esse realmente é um problema que temos.

Temos problema do câmbio, o problema dos juros e dos créditos. Nós temos dificuldades nos investimentos e muitas delas são relacionadas à tributação que existe nos investimentos. E, quando não há a tributação, há a falta do cumprimento dos governos de maneira geral com relação à restituição dos créditos.

Tudo isso, Senador, Presidente, é o que nós estamos colocando neste projeto que a CNI está mostrando para os senhores hoje. Para cada item desses nós determinamos onde estamos hoje e aonde nós queremos chegar em 2022, com escalas e composições intermediárias. A partir de agora a CNI está trabalhando com os empresários, com consultores, para detalhar cada ponto desses, a ponto de poder apresentar ao Congresso Nacional o que precisa ser modificado do ponto de vista da legislação, qual a alteração que seria importante realizar. Ao Executivo indicamos o que precisaria fazer.

Nós já fizemos um trabalho para o Norte, para o Nordeste e para o Sul com relação à questão da logística, pelo qual identificamos todos os projetos que possam alterar a competitividade dessas regiões e apresentamos, tanto para o Executivo como para o Legislativo, aqueles projetos que podem mudar a região e são de interesse, inclusive, para investimentos privados.

Esperamos chegar até o final do ano complementando as contribuições que estão sendo apresentadas hoje, com as propostas detalhadas para que isso possa, inclusive, ser incluído nos planos dos próximos governos brasileiros.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Presidente.



Eu passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Presidente Robson. Seja bem-vindo à nossa Comissão, à nossa Casa! Também cumprimento o Srs. José e Rafael Lucchesi.

Cumprimento-os pela explanação, pela forma como foi aqui colocada, mas percebi que nós teremos de nos debruçar sobre esse estudo. Vamos ter de lê-lo, de estudá-lo, para podermos acompanhar o que foi colocado aqui.

Também me parece que a maior contribuição que ainda virá desse trabalho será o que o Presidente colocou agora: a revisão da nossa legislação em relação à indústria, os pontos que são favoráveis, os pontos contrários e os pontos conflitantes.

Aqui, Presidente Robson, no Congresso Nacional, na Casa, temos tido muito esses problemas. Nós que frequentamos as comissões percebemos o quanto são ambíguas as propostas. Às vezes, sob a ótica de um Parlamentar, determinada matéria está absolutamente correta, e ele a defende. Muitas vezes os colegas o seguem até para serem elegantes com o próprio colega, mas, quando se coloca a matéria em contexto mais amplo, as coisas não funcionam e, assim, traz muito problemas e muitos prejuízos para a economia.

Um exemplo disso aconteceu há pouco tempo em uma matéria discutida no Congresso Nacional e que foi aprovada. Para todos nós passou em branco, deixamos essa matéria andar sem que tivéssemos tido a preocupação de avaliar qual era o seu impacto. Falo da Lei do Caminhoneiro, que foi um desastre. Eu estava aqui no dia, consegui ainda negociar algumas coisas, mas não tinha nem a noção – e olhe que sou transportador também! – do impacto dela. No dia do jogo do Brasil aqui, estive com o pessoal da Ambeve e soube que a desoneração que a Presidenta colocou agora sobre a folha, os incentivos da energia elétrica e tudo o mais que foi feito representam apenas 10% do prejuízo que a Lei do Caminhoneiro trouxe para o sistema de transporte de uma companhia tão grande quanto a Ambeve. Na minha não foi diferente e nas demais também tenho certeza.

Então, é muito importante que as assessorias das federações e das confederações frequentem as comissões, que estejam atentos, que alertem os Parlamentos no momento em que as matérias vão se encaminhando para a votação, para mostrar efetivamente o que vai acontecer, qual o impacto daquela medida que estamos aprovando aqui, muitas vezes olhando um aspecto, que pode ser social ou econômico, e que poderá, no conjunto, desorganizar todo um setor da economia. Foi o que aconteceu. Uma lástima o que aconteceu!

Não estou dizendo que nós não deveríamos ter votado uma lei de proteção ao caminhoneiro, com horas para trabalhar. Fiz isso e, inclusive, votei favoravelmente pensando nesse aspecto, mas não no geral. Nós não organizamos



nosso País para receber essa nova legislação e vimos o que aconteceu nas nossas rodovias, nas ferrovias, nos portos. Uma coisa consequencia da outra. Não há como fazê-las separadamente.

Quero cumprimentar V. S<sup>a</sup> pelo trabalho que está sendo realizado. Vou me debruçar sobre esse estudo para entendê-lo um pouco melhor, mas eu gostaria de pedir à Confederação – vocês têm técnicos valiosos, tem gente que frequenta a Casa todos os dias – que também nos ajude. Acho que a proposta de uma revisão mais ampla sobre toda a legislação que nós temos poderá nos dar um norte a ser seguido pela Comissão para, sempre que votarmos uma matéria, saibamos exatamente onde ela esbarra, em que ela ajuda e em que ela prejudica; assim, poderemos fazer uma análise e votar a matéria com mais tranquilidade.

Parabéns a todos.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, prezado Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, Sr. Rafael Lucchesi e Sr. José Augusto Coelho Fernandes, acho importante que tenhamos boa consciência daquilo que tem sido realizado, inclusive do ponto de vista do esforço para a melhoria da formação profissional de todos os que contribuem para a indústria brasileira.

Chamou-me a atenção um dos gráficos aqui apresentados, segundo o qual, de 2011 a 2012, embora o salário médio em dólares para a indústria de transformação tenha crescido significativamente, a produtividade permaneceu sem um aumento significativo.

Eu pediria que pudessem analisar esse gráfico do ponto de vista de que razões têm feito a produtividade da indústria brasileira não se elevar tão significativamente ou tanto quanto, porque seria normal, com o aumento do salário médio, haver consonância com o crescimento da produtividade.

Agradeço aos senhores se puderem nos dizer o porquê disso e o que poderia ser feito para modificar essa pendência.

Gostaria de lhes perguntar se a Confederação Nacional da Indústria tem analisado as formas de transferência de renda que existem em diversos países, como avaliam, do ponto de vista da competitividade da economia brasileira, os efeitos desses sistemas. Gostaria inclusive de lhes perguntar, como não há referência aqui a esse assunto, em que medida os órgãos de assessoria da CNI têm levado isso em conta.

Por exemplo, nos Estados Unidos da América, desde 1975, existe um instrumento que se denomina Earned Income Tax Credit, ou seja, o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida. Como resultado do pagamento da arrecadação de recursos dos Estados Unidos como um todo, paga-se uma



transferência de renda a todos aqueles trabalhadores que, em trabalhando, recebem uma renda, se a sua renda não alcançar determinado patamar. Se isso ocorrer, a essa pessoa, à sua família se confere um crédito fiscal. Nos Estados Unidos, nesses últimos anos, pagou-se algo como US\$56 bilhões a mais de 26 milhões de famílias. Para se fazer uma comparação, o Programa Bolsa Família paga uma transferência de renda, pelas regras, para 13,9 milhões famílias. Às vezes, observa-se o Programa Bolsa Família como o maior do mundo; nos Estados Unidos recebem o EITC 26 milhões de famílias aproximadamente.

Vamos dar um exemplo. Suponhamos uma família com marido, mulher e duas crianças. Se, com os dois trabalhando, o rendimento for da ordem de US\$18 mil, esse casal passa a ter, por ter dois filhos – se forem três, será um pouco mais –, um acréscimo da ordem de US\$5,25 mil, de modo que o rendimento familiar passará para mais de US\$23 mil. Com isso, aquele casal ultrapassa a linha oficial de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos. Ora, é o conjunto da sociedade que colabora com isso.

Eu me refiro a isso porque acho importante que a CNI esteja ciente disso, assim como todos os empresários dos mais diversos setores, mas também porque observo que um melhor sistema de transferência de renda será o que o Congresso Nacional já aprovou. E eu acho importante que a Confederação Nacional da Indústria conheça isso. Eu me refiro à Lei nº 10.835, de 2004, que instituirá, por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, uma Renda Básica de Cidadania como um direito universal para todo e qualquer cidadão. Eu acho importante que a CNI esteja a par disso. Eu vou dar ao Sr. Robson Braga de Andrade, como presidente da CNI, o meu livro sobre o tema. Mas me coloco à disposição da CNI para, inclusive, informar e debater isso. Eu lhe pergunto: o senhor conhece onde existe algo semelhante ou já pediu a uma comissão da CNI para ir até e lá e verificar se é uma boa ideia ou não? O senhor sabe onde é, onde existe algo semelhante a um dividendo igual pago a todos? Eu lhe faço a pergunta porque considero importante que o senhor saiba. O senhor conhece, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos deixar para o final as respostas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Se o senhor já conhece, eu não preciso fazer a sugestão. O senhor não pode responder? O senhor já esteve lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> pode fazer a sugestão, sim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Não?

**O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Então, se o senhor quiser conhecer, eu sugiro que examine o sistema que há 30 anos existe, o Fundo Permanente do Alasca, que paga a todos os seus habitantes igualmente um



dividendo que começou com pouco mais de US\$300, por ano; já atingiu, em 2008, US\$3.269 por pessoa; e qual foi a consequência? Fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Eu faço a sugestão de a CNI estudar isso que o Congresso Nacional já aprovou e o Presidente Lula sancionou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se V. Ex<sup>a</sup> não sabe, essa é uma bandeira nova que o Senador Eduardo Suplicy está empunhando.

É uma brincadeira, Senador! É uma bandeira extremamente importante e é a experiência não só do Alasca, mas V. Ex<sup>a</sup> teve um papel muito grande na implantação dessas políticas de distribuição de renda aqui no País.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Apenas quero dar esta informação: no dia 21, das 9h30 às 12h30, eu farei uma palestra sobre o tema para o Dieese, para a Escola Nacional do Dieese, em São Paulo, que avaliou que, do ponto de vista dos trabalhadores, é muito importante conhecer isso. Mas eu me disponho também, quando a CNI quiser, a fazer uma exposição na instituição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco/PTB – PE) – Eu queria saudar o presidente Robson e, antes, cumprimentar o Presidente da CAE, o nosso Senador Lindbergh Farias. Mas queria cumprimentar o presidente Robson, cumprimentar os diretores da CNI, José Augusto Fernandes e Rafael Lucchesi; e, de primeiro, congratular-me com a CAE, Senador Lindbergh, por esta iniciativa. Eu acho que esse diálogo do Congresso Nacional com o setor produtivo deve se dar não apenas na avaliação e na discussão pontual de projetos que, em última instância, estão sob o exame das Casas do Congresso Nacional, mas é muito importante fazer um diálogo, a partir de uma visão de uma agenda e da discussão dos temas que são de grande interesse para o País.

Eu quero dizer que este, para mim, é um momento de esperança, porque, vendo a indústria tão desafiada por esse contexto que foi aqui de forma tão competente desenhado, em face das novas circunstâncias do mercado global, do acirramento da competição, da emergência de novos *players*, diante de todo esse cenário que nos coloca desafios imensos, há algo que se representa, neste momento, um pré-requisito fundamental: a liderança empresarial tem que estar preparada. O mapa estratégico é um exercício que me parece da maior importância porque revela que a liderança da indústria brasileira está verdadeiramente sintonizada com esses desafios e têm uma compreensão adequada desse processo.



É um momento de esperança porque a indústria não vem aqui com um conjunto de pleitos corporativos. A indústria vem discutir uma agenda que, em última instância, é uma dimensão da própria agenda do País.

Houve um tempo, meu caro Senador Pedro Taques, em que se dissociava de maneira equivocada a visão do setor, daquilo que seria uma agenda do setor produtivo, *vis-à-vis* da agenda do País. Eu quero dizer que essa agenda é uma dimensão irrecusável da própria agenda do País. Não há duas agendas. Um país só alcançará prosperidade sustentável se tiver a capacidade de entender o seu setor produtivo e de buscar crescentemente a eficiência, a produtividade, porque só existem políticas sociais sustentáveis se nós tivermos como base uma economia dinâmica, que possa produzir continuamente o crescimento. Portanto, eu acho que é um momento de esperança este, em que a CNI se apresenta, de maneira absolutamente reveladora, como uma entidade que está inserida na compreensão desses desafios que se colocam.

Por outro lado, olhando o papel de entidades que estão vinculadas ao sistema, ao chamado Sistema S, é importante mostrar que esse Sistema S da indústria vem cumprindo um papel extraordinário no nosso País. Isso é muito importante sobretudo quando algumas vezes menos credenciadas se levantam tentando apontar aspectos que sejam menos relevantes para tentar, vamos dizer, macular a imagem de um sistema que tem um acervo de realizações fantástico e que tem revelado a capacidade de corrigir o rumo, porque toda a instituição precisa, evidentemente, ter a capacidade de se adaptar às circunstâncias.

Mas o que há de mais importante no Sistema S que eu queria destacar? É que, num país cuja marca, ao longo de décadas, foi a instabilidade, a descontinuidade de programas, esse sistema, graças ao modelo inteligente de financiamento, pôde, ao longo do tempo, de forma continuada, focada, levar adiante programas que, em última instância, propiciaram o suporte para a indústria brasileira.

Vejam uma discussão interessante aqui nesta Casa. Em alguns momentos dizem: "Mas está faltando mão de obra qualificada." Logo, a primeira tradução é que as entidades voltadas para a formação não estão cumprindo seu papel. Vejam que forma equivocada!

Como chegamos até aqui? Essa é que é a pergunta. Como construímos essa plataforma industrial tão importante num país que, até bem pouco, era de economia agrária e que deu um extraordinário salto em cinco décadas? Isso só foi possível em meio a esse ambiente de instabilidade em que os governos estiveram enredados durante muitos anos nesse descontrolado inflacionário, numa crise fiscal aguda, crônica. Como é que foi possível, então, construir essa indústria, essa base industrial? Isso só foi possível porque essas instituições puderam cumprir um papel relevante na formação do capital humano, que, em última instância, deu suporte ao desenvolvimento dessa indústria.



Mas é evidente que, olhando na perspectiva do que temos hoje, há desafios imensos, há muito que fazer. E a nossa matriz educacional tem deficiências que, de alguma maneira, limitam o desempenho também dos programas na área de educação profissional, como aqui o Lucchesi muito bem pôde traduzir. Um trabalhador com déficit de escolaridade não tem as melhores condições de adquirir conhecimentos e de poder – vamos dizer – ter um desempenho em termos de capacitação e treinamento que se imagine.

Então, eu quero registrar a importância de termos um sistema e uma liderança na indústria com a capacidade de entender a natureza das transformações estruturais que estão acontecendo nesse ambiente.

Meu caro Senador Lindbergh, V. Ex<sup>a</sup> tem tido um papel importante nesta Comissão, valorizando o debate. Esta audiência é uma demonstração inequívoca disso. Mas – creia – o desafio da indústria brasileira é imenso. Esse é um ativo que nós construímos ao longo do tempo, que foi trabalho de gerações, e não podemos permitir que se desmonte isso, que foi uma construção importante.

Vejo com preocupação vezes que, de repente, começam a defender o modelo australiano para o Brasil, como se o Brasil pudesse se dar o luxo de fazer uma aventura regressiva. O Brasil não vai se transformar num exportador de *commodities* minerais e agrícolas, ainda que isso seja uma vocação e que o Brasil deva estimular, mas sem que isso implique no sacrifício da indústria, da manufatura. A nossa ambição é continuarmos a ser fortes na indústria, porque crescer pela indústria é a melhor forma de crescer. Ela dissemina o conhecimento, ela impacta a produtividade global da economia.

Então, isto, para mim, talvez seja o que há de mais relevante hoje nesta discussão: a visão de que a indústria tem um valor para o nosso País e de que o Congresso Nacional tem estado atento a esses desafios e aos riscos que hoje estão associados a essa trajetória da indústria.

Quantos têm falado sobre a desindustrialização, a perda de posição relativa! E aí, vendo aqui companheiros, eu gostaria de dizer que o desafio decorre inclusive da circunstância de que hoje, na indústria, nos últimos dez anos, os bens industriais diminuíram de preço. Por quê? Porque o fenômeno da China com a extraordinária economia de escala, com custos baixos, os bens industriais tiveram uma sensível redução de preço, enquanto as *commodities* tiveram os preços elevados extraordinariamente.

Para terem uma ideia do que representa essa posição de escala da China na indústria, eu vou dar um exemplo, meu caro Senador Pedro Taques. Há 15 anos, a indústria siderúrgica chinesa tinha o mesmo tamanho da indústria brasileira. Hoje, a produção da China de 15 dias – eu vou repetir –, de 15 dias equivale à produção anual do Brasil. Isso significa, meu caro Senador Lindbergh, 37,5 milhões de toneladas, que é o que a China produz hoje em 15 dias e é o que o Brasil produz em um ano. Se tomarmos a indústria de calçados, o Brasil é um produtor importante. Nós produzimos 900 milhões de pares. A China produz 12,5



bilhões de pares de sapato. Então, veja, este é o nosso desafio: como concorrer nesse processo.

Para não me estender muito, eu queria abordar uma questão que nos preocupa hoje, que é a dos mercados, de acesso a mercados, que eu sei que está na ordem do dia das preocupações da CNI. Com essa tendência de nós evoluirmos para o chamado comércio de tarefas e essa especialização que está hoje ligada às cadeias de valor da indústria, nós precisamos, mais do que nunca, de uma política de acesso a mercados, ou seja, os acordos preferenciais de comércio, e o Brasil tem estado ausente, inclusive por conta das limitações impostas pelo próprio Mercosul. Nós temos celebrado pouco. Quase o Brasil não tem feito acordos preferenciais de comércio que reduzem os custos de transação, que reduzem as barreiras e que, portanto, favorecem hoje países que são como esses que José Augusto referiu: países menores que estão se inserindo rapidamente nessas cadeias de valor. E o Brasil vem perdendo o acesso. Então, eu queria uma avaliação sobre o que deve ser a política de comércio exterior do Brasil na perspectiva da indústria.

E a última pergunta: que avaliação a CNI faz dessas políticas industriais de 2004 para cá, que foram mudando de nome (PTSI, PDP, Plano Brasil Maior). Eu queria saber se, além das mudanças de nomenclatura, essas políticas têm verdadeiramente produzido uma mudança importante de resultados. E se nessa avaliação o Governo tem cumprido o seu papel coordenando de maneira efetiva os diferentes instrumentos dessa política.

Muito obrigado pela tolerância meu caro Senador Lindbergh.

**O SR PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente Robson, a indústria brasileira forneceu ao Senado Federal um dos seus melhores quadros, que é o Senador Armando Monteiro. Não é porque estou aqui na frente dos senhores, mas o Senador Armando Monteiro é um dos mais competentes Senadores desta Casa, tem trazido a esta Comissão de Assuntos Econômicos sempre a sua posição, aprofundando o debate, enriquecendo as análises sobre os desafios que temos pela frente. Então, é sempre uma honra muito grande escutar o Senador Armando Monteiro. Ele tem abrilhantado muito esta Comissão de Assuntos Econômicos, sempre colocando os desafios estratégicos. De forma que eu queria fazer a ele um cumprimento aqui especial.

Passo palavra para o Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. convidados, sejam bem-vindos ao Senado, inicialmente, eu queria cumprimentar o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, Jandir Milan, que ali se encontra, parabenizar o Sistema S do Estado de Mato Grosso pela excelência no procedimento educacional e lembrar o ex-presidente da Federação das Indústrias Sr. Mauro Mendes, que hoje é prefeito da capital, prefeito de Cuiabá. Cumprimento o Jandir pelo trabalho no Sistema S.



Eu vou ser muito rápido e dizer que em 1777, Dona Maria, a Louca, conhecida como a Viradeira, ela edita um decreto proibindo manufaturas na colônia. Isso volta em 1808, com a chegada de D. João aqui e a abertura para a manufatura. Muito bem! Hoje, com a globalização, muitos ternos aqui que nós todos estamos usando, a parte de dentro é fabricada na Índia, o que está aqui dentro é fabricado em Bangladesh; a gravata, a seda vem da China. Como defender a indústria nacional hoje? Nós precisamos continuar a exportar proteína animal, proteína vegetal – veja que eu venho de um Estado que é um dos campeões nacionais disso, Mato Grosso – não é vergonha você exportar proteína animal, proteína vegetal, mas nós precisamos verticalizar essa produção. Como defender a indústria nacional diante desse fenômeno da globalização?

Nós não podemos aplicar aqui a xenofobia a produtos internacionais, nós precisamos conquistar mercados internacionais. Mas aqui nós temos uma dicotomia entre a necessidade de conquistar mercados internacionais e valorizar a indústria nacional. Em 1979, quando Brizola escreveu a Carta de Lisboa, ele defendia o chamado nacionalismo. O nacionalismo hoje tem outra dimensão, que é a defesa dos nossos produtos. Como compatibilizar isso?

Eu gostaria também de uma reflexão também dos senhores a respeito da ausência de políticas estratégicas do Governo, da União, dos Estados. Aqui nós estamos falando em estratégia. Nenhum país se faz sem estratégia. Nós estamos discutindo ou discutimos a MP dos Portos, mas nós não temos estradas suficientes, hidrovias, ferrovias para fazer com que os nossos produtos cheguem aos portos. Parece-me que nós estamos pregando ar-condicionado na parede antes da parede. Nós não temos uma política estratégica de país, falta essa política estratégica. A tática pode mudar, mas a estratégia não pode sofrer modificações.

Outra indagação ao Sr. Rafael Lucchesi que trata de educação e tecnologia. Nenhum país do mundo vive hoje sem conhecimento, tecnologia e inovação. O Sistema S trabalha muito com isso. Agora, o ensino fundamental no Brasil é muito ruim, muito ruim. No Estado de Mato Grosso, já existe o chamado desemprego estrutural. Em Municípios como Lucas, Mutum, Sorriso, Sinop, Campo Verde, Primavera, existe muita colocação no mercado de trabalho e poucas pessoas qualificadas para trabalhar, não em razão do Sistema S, mas do ensino fundamental, porque não estamos preparando o povo, o Brasil todo, para esse salto.

Ano passado, houve diminuição das alíquotas do IPI de cem produtos, parece-me. Qual é a consequência disso? Qual é a repercussão disso, dessa política?

Quero cumprimentá-los pela fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o grande Senador Jayme Campos.



**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, quase nada mais tenho a indagar, todavia, pelo momento ímpar, temos a presença do Dr. Robson, junto com os demais diretores, tenho acompanhado e participei de alguns eventos promovidos pela CNI, aqui em Brasília, e, na oportunidade, foi apresentado um trabalho, por sinal, exitoso, maravilhoso, exuberante, se assim posso dizer, em relação à questão logística, em que estava sendo promovido naquele evento e uma apresentação de caráter nacional.

E, particularmente, tenho acompanhado, Dr. Robson, imagino que V. S<sup>a</sup> também tem conhecimento, de lá para cá, faz quase um ano ou mais de um ano, não avançou coisa nenhuma, muito pelo contrário. Quando vocês falam aqui de uma agenda extremamente positiva, as perspectivas não são as melhores possíveis. O Brasil está emperrado, está fazendo uma política, não é de Estado, mas apenas de Governo que está de plantão no Planalto. E, quando se fala da falta de competitividade, que estamos perdendo mercado, acho que a tendência, as perspectivas não são as melhores, no sentido de que possa melhorar para o nosso País, sobretudo, para as nossas indústrias.

O que eu queria indagar do senhor, particularmente, é se a indústria está satisfeita com a política do Governo brasileiro, ou seja, o que o Governo, de fato está proporcionando de bom, para que possamos ser mais competitivos, para que a nossa indústria possa ser modernizada e, acima de tudo, essa indústria que já colabora há muitos e muitos anos com o nosso País, possa, com certeza, dar continuidade?

Acho também que o Governo lança aqueles programas, para mim, particularmente, programas políticos. O Brasil não aguenta mais todos os dias ser tampado com durepoxi – tampa aqui, arrebenta ali, solda ali etc. etc. –, as perspectivas não são das melhores, muito pelo contrário, aqui se desenha um cenário que imagino que, passando as eleições de 2014, as coisas vão piorar, vamos viver uma bancarrota aqui, não só a indústria, o comércio, sobretudo, mas a população brasileira vai pagar muito caro, muito caro.

Vocês acompanharam, o Governo lançou, há menos de 15 dias, um programa para mobiliar as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. São programas muito demagógicos, muito politiqueiros para o meu gosto; não são programas resolutivos, ou seja, não são programas de Estado, projetos para resolver definitivamente, resolvem momentaneamente. O que precisamos é discutir uma política bem mais ampla, como a redução da carga tributária. Ninguém vai produzir neste País com uma carga tributária como essa aqui, com uma lei trabalhista arcaica, ultrapassada, que tem que ser modernizada. E o Congresso Nacional tem esse papel fundamental, tem que ser menos politiqueiro, demagogo e enfrentar as dificuldades de frente, bater de frente, caso contrário, nunca seremos países de Primeiro Mundo coisa alguma.

O que adianta dizer que o Brasil, hoje, é a sexta, a sétima maior economia do Planeta se ainda há milhões de pessoas, quase 20 milhões de



brasileiros, que não têm acesso à educação, ou seja, não são alfabetizadas; se temos ainda alguns milhões de desdentados neste País. E assim por diante. Se formos citar os números, são precários, são os piores índices os que nós temos ainda. Enquanto a Argentina tem quase 38% da sua população com nível superior de ensino, aqui nós temos apenas 8% ou 10%. E assim vai caminhando.

Então eu acho, particularmente, quando se traz esse assunto para ser discutido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, e por conseguinte no Congresso Nacional, nós temos que fazer realmente uma discussão bem ampla, corajosa.

Neste País aqui, Senador Armando, infelizmente tudo se quer resolver da noite para o dia. Aconteceu esse movimento social, esses últimos dias, em algumas cidades do Brasil, e agora estão surgindo com propostas mirabolantes. Não estou fazendo nenhuma crítica, longe de mim, meu caro Presidente, Senador Lindbergh. Uma proposta aqui para reduzir ICMS do diesel, as prefeituras não vão cobrar ISS sobre as tarifas, e assim por diante. O Governo Federal propondo tirar também PIS, COFINS, etc., em relação à venda de ônibus, enfim. Então são coisas assim muito improvisadas. Nós temos que deixar de improvisar as coisas neste Brasil aqui.

Eu estava discutindo há poucos dias aqui, Robson, nesta Comissão aqui, em relação à questão da infraestrutura no Brasil. Aqui implantaram agora o tal do RDC. O empreiteiro vai lá, faz o projeto, vem e contrata a obra. No Japão, uma obra que vai ser iniciada em 2016, o projeto está concluído em 2013. Ou seja, concluído o projeto, em previsão para início da obra em 2016 e conclusão em 2018. Há um planejamento. No Brasil, não há nenhum planejamento aqui. Há coisas tão mal improvisadas que estão deixando o nosso Brasil, o nosso País numa situação difícil, difícil.

O Brasil está criando um contingente de milhões de brasileiros dependentes de políticas sociais. O que nós queremos, e o povo quer, o povo quer o quê? Quer emprego, quer bons salários, quer justiça social através da saúde, da educação.

E o que me causa a mim, particularmente, que já fui Governador, três vezes prefeito, sou Senador, extrema preocupação é que nós cheguemos, num determinado momento, ao fundo do poço. Chegarmos, encostarmos na parede e não termos para onde correr. E o Governo já mostrou agora, com esse pequeno movimento social, que é impotente. Ele é impotente para resolver, ou seja, para atender, sobretudo, o sentimento da sociedade, que está aflorando agora, numa manifestação e numa demonstração de que o que está acontecendo aí não está satisfazendo o nosso povo, muito pelo contrário. Uma pequena fatia, essa mesma fatia está tentando aproveitar das benesses do Governo e vai dar o quê? A contrapartida, ou seja, o contravapor de imediato agora. Já está muito claro.



Portanto, quero encerrar dizendo o seguinte: nós somos pequeno empresário também e sabemos da dificuldade – todos nós, seja na indústria, no comércio ou no campo –, todo mundo tem naturalmente suas dificuldades. Mas eu acredito que o Brasil é um país pujante, é um país que tem tudo para dar certo. Todavia, o que nós precisamos apenas é de boas leis e, sobretudo, de um governo que tenha compromisso com as futuras gerações neste País. Se não for dessa forma, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Os números apresentados pelo Rafael aqui – por sinal, parabéns, como disse o Senador Armando, pela sua exposição, perfeita, nós entendemos muito bem, e o trabalho que você realiza é invejável. Particularmente no Mato Grosso é feito um trabalho espetacular. Todos nós estamos plenamente satisfeitos.

E quero aqui registrar também a presença do nosso Presidente da Federação, o Jandir Milan, que também nos honra com a sua presença aqui, e dizer que da minha parte, no que depender do Senador Jayme Campos em favor da defesa intransigente de políticas que possam melhorar o nosso parque industrial, sobretudo essa indústria brasileira, nós estamos à disposição para debater com a maior amplitude possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos, antes de passar para o último inscrito, Senador Cyro Miranda, só queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que esse projeto sobre transporte tramita neste Congresso Nacional, Câmara e Senado, há três anos. Três anos! E é dever desta Casa, Sr. Senador...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Por incrível que pareça, meu caro...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Três anos. Passou por três comissões neste Senado.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Extraordinário, Senador, só chegou a ser discutido hoje, depois que vimos essa manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, mas veja bem, é o papel...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Três anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – O circo pegou fogo, de carreira chegou aqui o projeto. Desculpa, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas V. Ex<sup>a</sup> acha o quê? Que este Senado da República só tem que escutar a voz de empresários, de proprietários rurais?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Muito pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós temos escutar a voz das ruas.



**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Escutar a voz do povo, das ruas.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se não escutarmos, nós...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Eu tenho cinco mandatos e...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixa eu só concluir.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – ... mais democrata do que eu não há.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu só quero concluir, Senador.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Agora, o que me causa estranheza é que chegou...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é justamente isso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Depois desse baita movimento das ruas...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – É coincidência, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas justamente isso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Foi mera coincidência. Desculpa, Senador, eu não quis ofender. Longe de mim, querido.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixa eu falar. Mas vem cá, qual é a estranheza de V. Ex<sup>a</sup>? V. Ex<sup>a</sup> quer que este Senado Federal atue como mediador neste processo todo ou não atue? Critica isso, a rapidez e a discussão? Se nós perdermos a capacidade de escutar o que está acontecendo no País, nós estaremos liquidados. Só quero registrar isso, porque... Só quero registrar isso, porque justamente este Senado tem que responder, como espero que os governos respondam ao que está acontecendo no País.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador, Presidente Lindbergh.

Quero aqui cumprimentar o amigo, presidente Robson Braga, da CNI; o Sr. José Augusto; o Lucchesi; e dizer que sou um fã incondicional da CNI. Quero aproveitar para cumprimentar dois líderes do meu Estado, o presidente eterno Paulo Afonso e 1º secretário da CNI, e o meu amigo também particular, Pedro Alves, presidente da Fieg, que nos prestigiam nesta audiência.

Senador Lindbergh, parabéns, em primeiro lugar por esta audiência. Eu acho que ouvir a rua é importante, mas nós precisamos ouvir mais o clamor da



área empresarial. Nós não estamos ouvindo ainda o tanto que é preciso, porque são duas pontas, uma tem reflexo na outra.

Eu quero pedir desculpas, primeiro, ao presidente Robson por não estar presente no início, porque justamente nesse horário eu presido a Comissão de Educação, e esta audiência tudo tem a ver com a educação. Vejo que aqui o senhor colocou a educação como prioritária nas metas da CNI. Quero dizer que o Sistema S, para mim – vim aqui exclusivamente para dizer isto –, é uma das coisas mais importantes que nós temos neste País. Tão importante que quero convidá-lo, presidente Robson, para que a CNI faça parte de uma das audiências públicas, do PNE, que virá para nossa Comissão em breve, porque essa contribuição é inestimável. Eu não sei o que aconteceria com a educação sem o Sistema S, porque nós estamos capengas, nós estamos com problemas em todas as áreas: no ensino fundamental, no ensino médio, no universitário; problemas de cotas. Hoje já estamos tratando de fazer o exame de proficiência na Medicina. Veja a que ponto nós chegamos na educação! O Cremesp, de São Paulo, Dr. Lucchesi, faz, há sete anos, esse exame e, para nossa tristeza, em São Paulo, há 48% dos sextanistas de Medicina reprovados, reprovados em perguntas básicas. Nós temos hoje o Revalida, o instrumento que o MEC criou – parabéns ao Ministério da Educação! –, um instrumento sério, só que eu quero alertar que 94% dos médicos cubanos que prestaram exames foram reprovados. Então, não se pode trazê-los, nem eles, nem os portugueses, nem os espanhóis sem passarem pelo Revalida. E isso nesse nosso projeto se torna também obrigatório.

Eu vim aqui só para prestar minha homenagem, minha solidariedade e colocar a Comissão de Educação à inteira disposição dessa entidade que é das mais sérias e me colocar também ... O que nós podemos fazer para melhorarmos ainda mais o Sistema S com o *approach* que nós temos aqui do Senado?

Preocupa-me também um pouco, na área da indústria, a apatia do Ministério da Indústria e Comércio, que seria uma ferramenta tão importante para as confederações da indústria e do comércio principalmente. E nós vemos uma apatia e, como disse o Senador Pedro Taques, não há planejamento, não há uma ação proativa. A diferença que nós encontramos... E eu não vou aqui fazer críticas a Governo. Vou dizer que no governo Lula tivemos um dos melhores ministros da Indústria e Comércio, que foi o Furlan. O Furlan levou o País a uma dimensão muito maior do que se podia imaginar. Então, não estou falando, Senador Lindbergh, de oposição ou de situação, mas estou falando de uma apatia tremenda que nós estamos tendo hoje no Ministério da Indústria e Comércio, que não tem colaborado com as confederações, e é uma ferramenta importante.

Para o senhor ter uma ideia, presidente Robson, nós estivemos em Cuba, há questão de uma semana, no Parlatino, onde se tratou também do problema de educação. Constatou-se, tristemente, que o Brasil é o país que menos investe em educação na América Latina. A média da América Latina é de 8,5%, nós estamos perto de 4%. Pior um pouquinho do que isso está a Bolívia,



que ano a ano tem uma meta, saiu de 8,5% para 3,8%, mas para o ano que vem já é 4,5%. Então, se nós não formos agora acudir, ninguém faz educação por decreto, não se muda um país por decreto ou por lei e, sim, com muito investimento e planejamento.

Dentro da área da educação, Presidente Robson, sei que V. Ex<sup>a</sup>, através da CNI, tem levado à Presidência da República um vasto material executivo para melhorar a parte de educação no País. Qual tem sido essa reciprocidade do Governo? Quais as considerações apresentadas pela CNI? Na opinião de V. Ex<sup>a</sup> existe um esforço para colocar em prática essas melhorias que precisam ser realizadas na educação brasileira?

Também concordo em gênero, número e grau com o que falou, por todos nós, o nosso representante da indústria aqui no Senado, o Senador Armando Monteiro, a quem eu tenho como meu guru nessa área, pelas suas ponderações, pelo seu autoconhecimento e, principalmente, pelo equilíbrio com que coloca sempre essas matérias.

Então, eu pergunto novamente: o que podemos, o que o Governo precisa fazer para colaborar um pouco mais, eu diria muito mais, com a indústria, que é realmente a base e o esteio de tudo que nós temos neste País? Nela se desenvolvem todas as outras cadeias. Sem a indústria não há comércio, não há turismo, não há prestação de serviço, não há nada. Então, qual a atenção que precisa ser dada?

Então, são só essas duas colocações.

No mais, eu agradeço e me coloco à disposição não só como Senador, mas como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Obrigado.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, eu só queria fazer, rapidamente, um registro que acho importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco/PTB – PE) – ... que é a forma como o Estado do Mato Grosso se representou nesta audiência. Os três Senadores estão aqui presentes, o que significa o prestígio, vamos dizer, da agenda da indústria, com que o Estado do Mato Grosso está absolutamente sintonizado. E registro a liderança e a força do nosso Presidente Jandir Milan.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu ia dizer que o Senador Pedro Taques saiu na frente porque citou o presidente.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco/PTB – PE) – Citou o presidente.

Mas eu queria dizer o seguinte: que nós temos aqui nesta audiência – eu quero fazer o registro porque cometi essa omissão – um companheiro, ex-Presidente da CNI, que foi Parlamentar, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Deputado Federal, que pôde aqui cumprir um papel importante ao tempo em que



exerceu o mandato; e um Deputado Federal vinculado ao sistema da indústria diretamente que está aqui presente, que é o Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco e Deputado Federal, Jorge Corte Real.

Eu queria também aproveitar para cumprimentar os companheiros presidentes de federação e diretores do sistema da indústria que estão aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Agradeço o elogio aqui em nome dos três Senadores, mas nós esperamos que a Federação, aliás, a CNI, a confederação nos ajude e ajude o nosso Presidente Milan para industrializarmos o Mato Grosso também. Estamos aqui não só prestigiando a CNI, mas pleiteando à CNI um apoio para o Estado do Mato Grosso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Além de grandes exportadores de *commodities*, Senador Blairo.

Com a palavra o último Senador inscrito Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Um momentinho só, por favor, Flexa. Só lembrando o Senador Lindbergh que o Pedro Taques se referiu...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu fiz uma brincadeira.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – (*Ininteligível.*) ... que o Jandir também é eleitor de carteirinha dele. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Senador Lindbergh Farias; amigo e companheiro, Robson Andrade, Presidente da CNI; José Augusto; Rafael; Srs. Senadores, eu quero aqui, Robson, em seu nome, saudar todos os companheiros e amigos, presidentes das federações que aqui se encontram prestigiando o Senado Federal, nesta audiência pública, em que o amigo Presidente da CNI apresenta o mapa estratégico da indústria.

Eu quero lamentar, Robson, de não ter podido assistir a sua exposição. Eu estava participando, no Planalto, do envio do marco da mineração ao Congresso Nacional. Depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> anda muito pelo Planalto, Senador.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – É verdade, é verdade. Eu estive três vezes, ao longo desses oito anos, no Planalto. A primeira vez para a sanção da Universidade Federal do Oeste do Pará; a segunda, para a sanção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; e a terceira, agora, hoje, para o encaminhamento do marco da mineração para o Congresso Nacional.

Quero festejar. O Presidente da CNI, representante da indústria nacional teve uma participação fundamental na discussão recente que tivemos, os Estados mineradores, com a criação de uma taxa de fiscalização da mineração. E quero dizer que o Robson se portou, e eu o chamo assim, Robson, quebrando o protocolo, quebrando o protocolo da audiência, pela relação de amizade, e não é só, mas pelo respeito que todos nós da indústria nacional temos por você. Aqui temos representantes que são oriundos do sistema da indústria nacional. Temos nosso ex-Presidente, o companheiro de Pernambuco, e temos o nosso Deputado, como foi dito, também, ex-Presidente, então, estamos todos atentos às reivindicações da indústria nacional.

Eu quero dizer do respeito que a Nação brasileira tem pela Confederação Nacional da Indústria e, em especial, pelo Sistema S, por tudo aquilo que o Sistema S desenvolve em benefício não só do trabalhador da indústria, do empresário, mas de toda a sociedade brasileira que é atendida pelo Sistema S.

Quero deixar registrado que nós vamos abrir, companheiro Armando, uma discussão, a partir de agora, do Novo Código da Mineração. Importante. Importante para o País, importante para o Estado que eu tenho a honra de representar aqui no Senado Federal, que é o Estado do Pará, que tem 40% da sua base econômica voltada para a extração mineral. Era necessário, e é necessário, que se faça essa revisão inicialmente proposta, agora, pelo Governo para encaminhamento ao Senado e, Senador Lindbergh, temos que saudar também que não foi encaminhada por medida provisória, mas por um projeto de lei, em regime de urgência, o que vai possibilitar que possamos discutir, apesar de ainda num curto espaço, mas, pelo menos, possamos abrir essa discussão.

Também dizer, Senador Lindbergh, que esta audiência vem, com certeza absoluta, trazer a todos os brasileiros, uma mostra do que a CNI faz pelo Brasil, não só pela indústria. Há muitos anos, quando participava, com muita honra, da CNI, como Vice-Presidente que fui, e, à época, Presidente da Federação das Indústrias do Pará, eu destacava, Presidente Robson, que a CNI defendia, como tem que defender, o setor da indústria nacional, mas ela extrapolava isso, porque ela defendia o Brasil. Ela não era só corporativa, ela tinha uma visão maior de atender a toda a sociedade. E o que nós temos visto é a CNI engajada em vários programas que vêm em benefício da população.

Eu não tive oportunidade, como disse, de ouvir a sua exposição, nem as indagações que lhe foram feitas pelos Senadores, mas eu me preocupo muito e tenho certeza de que a CNI trabalha nesse sentido com a



desindustrialização do nosso País. Algum tempo atrás, a indústria nacional respondia por 23%, 24% do nosso PIB, e hoje responde a algo em torno de 13%. Precisamos ter, como aqui já, me parece, foi dito, uma política industrial para o nosso País, de tal forma que possamos diminuir as desigualdades regionais sem termos que ter essa guerra fiscal que todos nós queremos que acabe, mas que, lamentavelmente, é necessária para que as regiões ainda não desenvolvidas do nosso País, como é o Norte brasileiro, possam ter acesso à industrialização das suas matérias-primas, como o Senador Blairo tão bem colocou aqui. Quer dizer, o Mato Grosso clama por isso, o Pará clama por isso, mas não são só esses dois Estados. Grande parte da Nação brasileira necessita de uma política que incentive a industrialização, descentralizando, o que hoje acontece nas Regiões Sul e Sudeste.

Eu gostaria que V. S<sup>a</sup> pudesse dar uma posição, se é que já não o fez, de quais as ações da CNI nessa questão e as propostas de uma política nacional para a indústria do nosso País e, mais do que isso, para diminuir as desigualdades regionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Eu disse que S. Ex<sup>a</sup> era o último inscrito, mas temos o último agora, o Senador Benedito Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por esta audiência pública ao tempo em que cumprimento o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, nosso companheiro Robson, bem como o Sr. José Augusto Coelho e o Sr. Lucchesi.

Eu queria fazer simplesmente um registro, Sr. Presidente, porque, como Senador do penúltimo Estado da Federação e um dos mais pobres do Brasil, ontem, participei de uma solenidade em que estava presente o Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, Dr. José Carlos Lyra de Andrade, a quem quero cumprimentar, a inauguração de uma indústria no meu Estado: a Bauducco.

Eu queria fazer um registro aqui... Cadê o Senador Blairo? Já saiu?

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, meu querido amigo José Carlos Lyra, tem sido o grande responsável para que o meu pequenino Estado de Alagoas pudesse, ontem, comemorar a 78ª indústria instalada nesses últimos oito anos. Ele teve a participação ativa, direta e da maior importância para que isso pudesse acontecer, meu caro Senador Lindbergh, a presença e a participação do José Carlos Lyra. Eu queria aqui prestar essa homenagem, porque, na verdade, ele tem sido um grande interlocutor entre o Governo do Estado de Alagoas e o segmento do empresariado nacional; sem dúvida nenhuma, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria.

Queria também dizer aqui do meu respeito e da minha admiração pelo Sistema S. Quando eu era Deputado Federal, em determinado momento – e



sabe muito bem disso o meu querido Senador Armando Monteiro, que tem sido o porta-voz inconfundível da indústria nacional –, no Congresso Nacional, nós tivemos alguns embates com relação ao Sistema S, porque existiam e existem, ainda, pessoas que não têm sensibilidade com o que representa esse sistema, que é um braço direito em todos os segmentos para atender e para ajudar o Governo, na educação, na preparação de mão de obra qualificada, enfim, na ação social, melhor dizendo. Por conta disso, o meu Estado, por exemplo, é um devedor desse Sistema S.

Eu disse ao Senador Monteiro, quando aqui já tivemos alguns embates com relação a isso, que ele pode contar comigo, como Senador da República do Estado de Alagoas, não apenas como um agregado, mas como alguém que vai para a linha de tiro com relação à defesa intransigente desse sistema, que é fantástico para o meu País, que tem dado essa contribuição à indústria brasileira.

Agora, eu gostaria de fazer apenas uma pergunta aos palestrantes. O Brasil e o Governo da Presidenta Dilma têm proporcionado alguns incentivos para um determinado segmento da indústria nacional. Eu perguntaria: é interessante continuar com esse incentivo acrescido, ou aumentá-lo, ou diminuir a carga tributária ou o custo Brasil para que pudéssemos ter competitividade no âmbito internacional?

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer. Ao mesmo tempo, queria cumprimentá-los por conduzir esse segmento produtivo do Brasil, porque é aquilo que todos disseram aqui: eu não sei o que seria do nosso País... E me lembro de que, quando o Brasil resolveu, através do Governo de Juscelino Kubitschek, industrializar com os automóveis, trazer a indústria automobilística para o País. Uma das coisas apenas que me chamou a atenção é que eles fizeram a opção naquela oportunidade pelo sistema rodoviário, e não pelo ferroviário, que é hoje... Em todo o mundo, há uma rede extraordinária do sistema ferroviário, que, inclusive, diminui os custos de transporte, diminui os custos exatamente de quem produz, não só na indústria, como também no setor primário.

Por isso, Presidente, mais uma vez, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, dizer ao meu querido Blairo Maggi que estou muito feliz, em Alagoas, com o Presidente da Federação Indústrias do meu Estado, o meu prezado amigo, companheiro e um dos grandes responsáveis pela industrialização do Estado de Alagoas.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Presidente Robson, antes de passar a palavra ao senhor, devo dizer que esta Comissão de Assuntos Econômicos realizou aqui uma bela reunião, com a participação e falas de 11 Senadores, Senador Armando Monteiro. Isso mostra a importância da Confederação.



Queria agradecer aqui a presença dos representantes das Federações de Indústrias dos Estados. Os senhores saibam que esta Comissão de Assuntos Econômicos tem uma parceria com a Confederação e com a indústria. Acho que a nossa Presidenta Dilma, também.

Nós sabemos, como bem falou o Senador Armando Monteiro, que o Brasil não pode virar exportador de *commodities*, de matérias-primas. Temos de defender a nossa indústria. Defender a indústria é defender o futuro do País; é inovação, bons empregos.

Nós sabemos que não é uma tarefa fácil. Estamos vivendo um momento muito difícil da economia. Acho que a Presidenta Dilma tem feito seu esforço não só nos discursos, Presidente Robson, sabemos: o Brasil Maior, a política de desonerações. E há muita gente que critica a política de desonerações à indústria que foi feita no ano passado – nos debates que temos, inclusive, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. E fico a pensar: o que seria da situação da nossa economia e da indústria, se não houvesse essa posição mais firme do Governo Federal em relação à política de desoneração da nossa indústria.

É claro que temos desafios pela frente. Há a inflação, de um lado, e o crescimento, de outro. Nós temos de andar numa linha fina. Temos o problema do câmbio e a inflação novamente. Mas acho que essa é a compreensão.

Eu queria aqui encerrar a minha fala, Presidente, dizendo o seguinte: por mais que existam debates sobre políticas macroeconômicas, divergências aqui, juros, câmbio, acho que há um consenso na sociedade e neste Parlamento de que é necessário defendermos a nossa indústria.

Nós estamos aqui querendo construir uma pauta de agendas mais simples, ligadas à desburocratização, ao aumento da competitividade, que é uma pauta que interessa a todos os Senadores, de situação e de oposição. Nós estamos fazendo um esforço a partir desse diálogo, Presidente. Nós precisávamos muito ter, daqui a pouco, do nosso José Augusto, contribuições concretas no campo legislativo, para que nós, do Parlamento brasileiro, no meio dessa situação difícil da economia, apresentemos uma pauta que seja a pauta do Parlamento brasileiro, com base nesses temas, para melhorarmos a nossa competitividade e desburocratizarmos o nosso País.

Quando se conversa com o empresário – e temos aqui depoimentos, nesta Comissão de Assuntos Econômicos –, é de espantar a quantidade de procedimentos e de burocracia que existe em toda a cadeia, para que o investimento se realize.

Então, nós precisamos enfrentar esses temas, e seria muito importante que a indústria nos auxiliasse com propostas concretas, para que aqui nós pudessemos avançar.

Agradeço e passo a palavra ao nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade.



**O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE** – Bem, Presidente, Senador Lindbergh, como o senhor já falou do Senador Armando Monteiro, eu deveria pedir ao Senador Armando Monteiro para vir responder às colocações que foram feitas, porque ele tem muito mais competência e conhece tudo que estamos discutindo aqui. Tenho certeza de que ele daria as respostas adequadas, que talvez eu não esteja preparado para dar.

Mas me coloco desde já... Aquilo a que eu não pude responder aqui, de imediato, coloco-me pronto e à disposição para vir aqui, às comissões, a outra comissão, à Comissão de Educação ou a qualquer outra, para esclarecer os assuntos que foram colocados, que são profundos e que mostram a seriedade e a importância do Senado na política nacional, na vida nacional, no desenvolvimento da indústria brasileira.

Mas gostaria de começar – e vou procurar responder não em sequência – dizendo que quando pensamos no que fazer para defender a indústria nacional, também pensamos que não estamos à procura de benefícios, não estamos à procura do fechamento do mercado brasileiro nem de protecionismo. A indústria nacional, a CNI e o sistema da indústria têm procurado apresentar projetos e propostas que defendam a atividade econômica da indústria brasileira e que defendam o Brasil. Quer dizer, a gente tem uma visão que extrapola apenas a questão da indústria. E quando falamos nessa defesa da indústria brasileira, estamos falando de competitividade. E quando falamos em competitividade, falamos do próprio Congresso Nacional. As nossas soluções do Brasil e da indústria passam pelo Senado Federal, passam por legislações melhores, legislações que sejam aplicáveis. Temos um País complexo e uma agenda extremamente complexa e grande.

Quando conversamos com os governadores de todos os Estados brasileiros, temos visto as suas dificuldades em relação à agenda do crescimento, à questão financeira, à questão da educação, da saúde, da segurança pública. Muitas vezes, os próprios governadores colocam que a dificuldade vem de um engessamento de ter que aplicar um determinado percentual na educação, na saúde. Então, quando o Senador coloca a questão de quanto nós aplicamos na educação brasileira, não sei se estamos aplicando pouco ou se estamos aplicando mal. Porque temos o problema da formação dos professores. Cada vez que a gente discute, inclusive no próprio Congresso, vemos uma tentativa de ampliação dos currículos escolares em vez de uma concentração daquilo que realmente é importante e que possa fazer diferença para a qualidade de vida e para o futuro dos brasileiros. Então, essas discussões certamente têm que passar pelo Congresso.

Quando o Senador Suplicy coloca a questão da produtividade e nós colocamos que a produtividade no Brasil tem se mantido quase que inalterada em relação aos salários, que têm crescido muito, isso é verdade. A produtividade está ligada a uma série de fatores: à questão do trabalho, da remuneração, do custo do



trabalho, mas também à questão das nossas associações, das instituições brasileiras que muitas vezes estão engessadas.

Vemos, por exemplo, a Aneel. Quantos projetos têm na Aneel para serem liberados para investimentos no setor de energia e que não acontecem? O que tem na Anvisa? Não vou citar casos específicos, mas há setores da indústria brasileira que estão fazendo pesquisas e investimentos na Floresta Amazônica do Peru, porque não têm condições no Brasil, pois temos dificuldades, às vezes, com a Anvisa. O atraso dos leilões na área do petróleo e gás, por exemplo, traz dificuldade para a nossa produtividade. A inovação é outro fator que também tem feito com que a nossa produtividade não cresça.

Na questão, por exemplo, do custo do trabalho, temos no Brasil, segundo o Prof. Pastore, próximo de 20 mil sindicatos, entre sindicatos patronais e sindicatos laborais. A Alemanha tem 18 no total. A diferença é de 18 para 20 mil. O acordo na Alemanha, já há alguns anos, é que os salários só subiriam 0,5% abaixo do crescimento da produtividade alemã. Isso é um acordo que foi respeitado e que, em parte, é responsável pela competitividade da indústria alemã.

No Brasil, Senador, os nossos salários têm subido acima da inflação. Em alguns anos, com uma inflação de 4% a 4,5%, os salários subiram de 10% a 12%. Isso fez com que o custo da mão de obra no Brasil seja muito alto; os salários no Brasil têm um custo muito elevado. A Espanha está procurando resolver o seu problema tentando fazer uma redução das remunerações de salário em torno de 10%. Os Estados Unidos, que o senhor citou, não têm legislação trabalhista.

Nós estamos programando realizar agora, no mês de agosto, um grande encontro, aproveitando a comemoração dos 70 anos da CLT. Nós estamos convidando especialistas em questões trabalhistas da China, da Alemanha, da Itália, da Espanha, da França e dos Estados Unidos, para discutir o que está acontecendo nesses países com relação à questão trabalhista, e nós não conseguimos discutir no Brasil. Nós não conseguimos ter hoje uma legislação que dê segurança jurídica no caso das terceirizações. Nós temos hoje uma multa do FGTS que já cumpriu o seu papel alguns anos atrás, e que ainda continua. Agora, alguns setores pensam em transformar essa multa em alguma coisa para construção. Não tem sentido.

Hoje, a Justiça trabalhista faz muito mais o papel do Senado e da Câmara dos Deputados, porque hoje quem legisla sobre legislação trabalhista é a Justiça trabalhista. Ela é que está colocando a questão da hora *in itinere*, pagamento de férias, pagamento de horas extras, tudo isso. E como nós temos um país enorme, um entendimento da Justiça trabalhista no Rio Grande do Sul é completamente diferente do que acontece no Mato Grosso, do que acontece em Minas Gerais ou do que acontece no Nordeste brasileiro. E nós convivemos com



essa situação. Isso tudo é custo Brasil, é insegurança jurídica, dificulta os investimentos e dificulta a produtividade brasileira.

Essas questões estão no centro daquilo que a CNI tem trabalhado. E, apesar de termos um trabalho junto ao Executivo brasileiro, aos Estados, aos governos e ao Governo central, nós temos trabalhado muito com o Congresso Nacional, porque entendemos que é aqui que está a solução dos problemas do Brasil. A solução da indústria brasileira, do crescimento da indústria, passa pela Casa, passa pelo Senado e pela Câmara Federal. Aqui é que nós temos que discutir essas questões. Então, são os senhores que podem nos dar as soluções dos problemas que nós temos.

Quando nós estamos falando dos incentivos fiscais, Senador, é claro que todo incentivo é bem visto. Muitas vezes, vemos a discussão entre a mídia e economistas, dizendo que a indústria não tem que trabalhar por incentivos, que a indústria tem que trabalhar pela competitividade da indústria brasileira e do Brasil. É verdade. Mas enquanto nós não conseguimos trabalhar nisso, nós temos que trabalhar nas questões pontuais. A questão da competitividade do Brasil e da indústria brasileira passa por infraestrutura. E quando nós começamos com a infraestrutura, mesmo que o Governo brasileiro e que os Estados queiram fazer infraestrutura, enfrentam problemas com o Ministério Público, com meio ambiente, com o Tribunal de Contas, com movimentos sociais, como tem acontecido agora com a questão de índios e de outros movimentos que influenciam e que dificultam os investimentos na infraestrutura brasileira. Então, muitas vezes a gente vê o Estado – e aí não estou falando só do Governo central, mas dos Estados também – querendo fazer e não consegue, porque tem essas amarras, essas dificuldades. E muitas vezes, para melhorar essas questões, passa-se por mudanças das legislações. Os senhores são a nossa esperança de conseguir essas mudanças para que o Brasil possa investir mais.

Nós estamos colocando aqui essa proposta nossa de investir, em 2022, 5% do PIB em infraestrutura. Hoje o Brasil investe próximo de 2%, não chega a 2%, 1,8% do PIB em infraestrutura. Mas se nós não resolvermos os problemas ambientais, os problemas ligados ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, aos movimentos sociais, não vamos chegar aos 5%. Há o marco regulatório. Então, há um conjunto de fatores. Mas quando temos um diálogo com o Governo Federal, temos conseguido algumas políticas que são importantes para a indústria. A questão da: a questão da inovação, com R\$32 bilhões para inovação e para tecnologia; a criação da Embrapii, pelo Governo Federal, que vai trabalhar junto com a indústria brasileira para trazer inovação e tecnologia; o Ciência sem Fronteiras, um programa que vai trazer técnicos, engenheiros, especialistas em outras ciências para trabalharem, principalmente, na pequena e média empresa, porque a grande indústria tem condições de mandar técnicos se formarem no exterior e voltarem para cá com o conhecimento necessário.



As desonerações têm sido importantes para alguns setores. Concordo que eu gostaria de ver mais. Nós da CNI temos defendido muito que as desonerações sejam aplicadas na cadeia produtiva, e não no consumo, porque, se aplicarmos na cadeia produtiva, nós, certamente, vamos reduzir o preço e facilitar o consumo. Hoje, muitas vezes, com os incentivos que são dados para o aumento do consumo, a cadeia não é beneficiada, e acaba-se importando muita matéria-prima e bens intermediários, que são usados na produção final, o que não é desejo nosso. Então, essas questões estão na nossa agenda, na nossa pauta.

Quanto à questão que o Senador Armando falou, com relação aos acordos internacionais, aos acordos de livre comércio e de preferência, isso tudo que temos, Senador, mostra que os países pequenos, que têm pouca produção industrial, da América Latina, que têm feito acordos com países grandes, como Estados Unidos, União Europeia e outros países, têm se beneficiado muito mais das exportações, e das exportações industriais, de bens manufaturados, e não de *commodities* e de bens primários, não.

Então, estamos defendendo que esses acordos são importantes para nós e lamentamos que, hoje, tenhamos essa amarra com o Mercosul, que tem nos impedido de ir para frente. Nós achamos que podemos discutir com o Mercosul, mas isso não pode nos impedir de discutir outros acordos de preferência comercial, de livre comércio, com a União Europeia, com os Estados Unidos, com países da Ásia, do Oriente. Temos de estar abertos a essa discussão, porque só seremos, realmente, competitivos quando tivermos uma pressão interna e externa que faça com que a indústria brasileira, realmente, se prepare para competir no Brasil e competir lá fora.

Então, essas questões... Estamos falando da educação; nós vemos os investimentos no ensino fundamental. É claro que eles têm dado resultado. Quando vemos os alunos que saem do Senai hoje – e 85% dos alunos do Senai saem empregados, e com empregos de qualidade –, esses alunos são tão melhores quanto mais tiveram uma educação, no ensino fundamental, de qualidade. E o Senai tem quase que, não um vestibular, mas nós temos, inclusive, ajudado o Governo Federal e os governos estaduais no complemento e no fortalecimento da educação do ensino fundamental para que esses alunos possam sair do Senai com o conhecimento necessário para atender aos requisitos de uma indústria que está se inovando, que está crescendo, que está desenvolvendo tecnologias e quer participar, ser um *player* global; ela não quer apenas participar do mercado nacional.

Essas colocações... É claro que, quando olhamos o conjunto do custo do Brasil, é isso que está na agenda da indústria brasileira. É isso que estamos procurando trabalhar, apresentando projetos e propostas, mas, se não tivermos o apoio dos senhores de poder chegar, discutir questões, desde trabalhistas, tributárias... Por exemplo, na questão do ICMS, nós mesmos, dentro da CNI, não temos uma proposta definida. Entendo a dificuldade da discussão



desse assunto. Mas, se não chegarmos à discussão desse assunto, é um fator de grande insegurança jurídica para as empresas que estão instaladas nos Estados que deram incentivos fiscais. E todos nós sabemos o risco que corremos com esses Estados, com essas indústrias, por não haver uma segurança jurídica dos incentivos que eles obtiveram, e só os senhores podem nos dar, realmente, a segurança para trabalhar e nos ajudar a mudar o País. Somos parceiros, companheiros e estamos aqui prontos para trazer projeto, proposta, ajudar tecnicamente, mostrar os impactos, as vantagens e as desvantagens de cada proposta.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente Robson, muito obrigado.

Antes de encerrar, queria lembrar que os Srs. Senadores têm mais ou menos meia hora para almoçar e voltar, porque, às 14h, teremos audiência pública com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária. Veja que é um tema quente.

Portanto, mais uma vez, muito obrigado. Quero agradecer a todos da Confederação Nacional da Indústria e a todas as federações que aqui estiveram nesta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)*